

DESASTRES NATURAIS: PERDAS E REAÇÕES PSICOLÓGICAS DE VÍTIMAS DE ENCHENTE EM TERESINA-PI *NATURAL DISASTER: LOSSES AND PSYCHOLOGICAL REACTION OF FLOOD VICTIMS IN TERESINA - PI*

Erika Ravena Batista Gomes e Ana Célia Sousa Cavalcante
Faculdade Integral Diferencial, Teresina, Brasil

RESUMO

A discussão acerca dos desastres vem ganhando destaque no noticiário mundial. No Brasil, essa situação vem causando intensa preocupação em virtude das perdas e graves consequências de tal acontecimento. Atentos ao cenário nacional, comprometidos socialmente, psicólogos discutem essa temática, buscando sistematizar intervenções para oferecer suporte emocional às vítimas de desastres. Em Teresina, as enchentes de 2009 inundaram muitos pontos da cidade, trazendo prejuízos aos moradores dos bairros mais afetados. Diante disso, objetivou-se investigar quais as perdas vivenciadas e as consequentes reações psicológicas de vítimas da enchente ocorrida no ano de 2009. Propôs-se, também, a pontuar os dispositivos subjetivos criados pelos membros comunitários para enfrentamento da crise e de suas consequentes perdas. Os conteúdos emergentes na pesquisa sugerem maior atenção à saúde mental de pessoas atingidas por desastres, bem como a necessidade de mais pesquisas na área para respaldar as intervenções realizadas neste contexto.

Palavras-chave: desastres; perdas; reações psicológicas; enchentes.

ABSTRACT

The Natural disasters have been gaining prominence in the news worldwide. In Brazil, this situation has caused intense concern, given the serious consequences of this type of event. Attentive to the national scenery, committed socially, the psychologists argue this thematic, seeking to systematize interventions to offer emotional support to disaster victims. In Teresina, the flood of 2009 inundated several places of city, bringing damages for the neighborhoods most affected. According to this situation, this study aimed to investigate the losses experienced and the consequent psychological reactions of the flood victims, 2009. It was proposed also point the subjective mechanisms create by the community members for treatment of the crisis, of its consequences losses. The emerging contents suggest greater attention to the mental health of people affected by disasters, as well as the need for more research in the area to support the interventions in this context.

Keywords: disasters; losses; psychological reactions; flood.

Introdução

A discussão acerca dos desastres vem ganhando destaque nos noticiários de todo o mundo, em virtude do aumento de sua ocorrência nos últimos anos. Dados da Organização das Nações Unidas - ONU (2012) afirmam que, só no ano de 2011, 206 milhões de pessoas foram afetadas por desastres naturais no mundo, e 29.782 pessoas morreram.

No Brasil, essa realidade vem causando intensa preocupação. Estima-se que 5.000 pessoas perderam a vida em enchentes e deslizamentos de terra ocorridos no país, modificando o cenário brasileiro, que se considerava distante de catástrofes naturais.

Albuquerque (1997) defende que a vulnerabilidade da população brasileira a desastres é muito grande se comparada à vulnerabilidade em outros países, devido à acentuada diferença social existente.

No Nordeste, região normalmente castigada pela seca, todos os Estados sofreram com o grande volume de água que caiu na região no ano de 2009. No Piauí, choveu acima do esperado entre os meses de março e maio do referido ano, causando inúmeros prejuízos. Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Defesa Civil da capital Teresina (Martins, 2009), 79 municípios decretaram situação de emergência em decorrência das enchentes no Estado, somando um total de 1.155.289 pessoas direta ou indiretamente afetadas.

O estado também presenciou no mês de maio o rompimento da barragem Algodões I, na região de Cocal, deixando nove mortos e centenas de pessoas desabrigadas. A enxurrada proveniente do rompimento da barragem atingiu também a cidade de Buriti dos Lopes.

Diante de tal realidade que assola o mundo, profissionais de diversas áreas têm buscado estratégias de atuação para minimizar os danos causados por esses acontecimentos, produzindo e divulgando o conhecimento científico, principalmente através de pesquisas e publicação de artigos.

Para Sá, Werlang e Paranhos (2008), as emergências, como é o caso dos desastres naturais, se traduzem em verdadeiras tragédias ou dramas humanos, justificando a preocupação de se levar em conta os aspectos envolvidos, de atenção à saúde física, às perdas materiais e, também, entender a aflição e as consequências psicológicas decorrentes dessas situações.

No entanto, no que se refere ao sofrimento emocional, percebe-se que os cuidados nesse sentido ainda não fazem parte da assistência imediata e emergencial prestada à população atingida, apesar da clareza do sofrimento emocional, o que implica a necessidade de elaboração de políticas públicas que promovam ações interdisciplinares através de uma equipe multiprofissional.

O psicólogo, enquanto profissional que, segundo Bock (1999), tem o compromisso de exercer seu trabalho apontado para a transformação social, identifica a necessidade de oferecer suporte emocional para as pessoas atingidas, que perderam famílias, moradia, não têm o que comer e, ainda, são vítimas da violência das áreas urbanas.

Para Bindé e Carneiro (2001), os esforços a serem realizados se referem tanto à fase preventiva quanto ao gerenciamento do acontecimento, analisando o comportamento individual ou de uma família frente ao acontecimento, a ação frente ao desastre, o processo de evacuação da área e as ações emergenciais de socorro às vítimas. Incluem a reconstrução e o retorno à vida cotidiana, inclusive os esforços relacionados à elaboração da situação e das perdas vivenciadas.

Desse modo, o empenho na produção de conhecimento na área dos desastres ganha extrema relevância, justificando a realização deste estudo, à medida que contribui para ações mais sistematizadas nas situações de crise, garantindo melhor assistência às necessidades imediatas das populações atingidas.

A presente pesquisa¹ pretende somar novas informações aos saberes já existentes. Teve como objetivo investigar quais as perdas vivenciadas e as consequentes reações psicológicas no pós-desastre natural, de vítimas das enchentes ocorridas no ano de 2009, em Teresina, Piauí.

Torlai (2010) conceitua desastre com base no estabelecido pela Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS, vinculada à Organização Mundial de Saúde - OMS, que o define como um fenômeno natural ou causado pela ação humana, que produz um distúrbio massivo no sistema dos serviços de saúde, caracterizando tão grande e imediata ameaça à saúde pública que o país afetado necessite de assistência externa para enfrentar a situação.

Já a Defesa Civil, órgão responsável por estabelecer diretrizes, planos e programas prioritários para o desenvolvimento de ações de redução de desastres em todo o País, bem como a prestação de socorro e assistência às populações afetadas por desastres, considera na Política Nacional de Defesa Civil (2007) o fenômeno “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre uma população vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais”. Acrescenta ainda que evitar e minimizar são deveres de todos os cidadãos.

Nesse sentido, Krum e Bandeira (2008) defendem que o desastre natural deve ser entendido como uma violação do equilíbrio do sistema como um todo, considerando tanto o indivíduo dentro do grupo como o próprio grupo, não podendo uma compreensão integrada desta experiência prescindir de um olhar social de como suas vítimas enfrentam tal fenômeno.

Segundo Kobiyama et al. (2006), as inundações, popularmente conhecidas como enchentes, são os desastres naturais que, historicamente, mais causaram perdas humanas no Brasil. Entende-se por enchente o aumento do nível dos rios além da sua vazão normal, ocorrendo o transbordamento de suas águas sobre as áreas próximas a ele, que são vistas como áreas de risco. Castro, Calheiros, Cunha e Bringel (2003) acrescentam que, normalmente, as inundações geram muitos danos materiais e, algumas vezes, até danos humanos, principalmente às populações mais vulneráveis.

Marandola Jr. e Hogan (2005) acreditam que não há como conceituar ou entender vulnerabilidade sem considerar, simultaneamente, o conceito de risco. Isso se deve ao fato de vulnerabilidade aparecer

contextualizada nos estudos sobre risco, trabalhados pioneiramente pela geografia.

O risco “é resultado da relação perigo–vulnerabilidade, sendo cada um deles proveniente de outras equações que incluem as várias dimensões envolvidas na geração, enfrentamento e impacto do fenômeno” (Marandola Jr. & Hogan, 2005, pp. 46-47).

Bindé e Carneiro (2001) percebem o risco como um constructo social, que é configurado pelas características do sistema emotivo-cognitivo do indivíduo e pela sua realidade social, inclusive os valores específicos e interesses sociais vigentes. Assim, risco se refere à possibilidade de efeitos colaterais não desejados, no caso dos desastres tecnológicos, e às possíveis consequências de desastres naturais.

Tal visão é compartilhada pela Política Nacional de Defesa Civil (2007), que considera o risco uma probabilidade de que ocorra um acidente ou evento adverso relacionado com a intensidade dos danos ou perdas, resultantes dos mesmos.

Diretamente ligado ao risco encontra-se a descrição de situações de vulnerabilidade. Marandola Jr. e Hogan (2005) afirmam que os demógrafos, estudiosos do tema, tendem a ver a vulnerabilidade como incapacidade e inabilidade, característica de populações menos favorecidas (menos recursos socioeconômicos). Destacam como componentes constitutivos da vulnerabilidade a existência de um risco, a incapacidade de responder ao risco e a inabilidade de adaptar-se ao perigo. Já os geógrafos entendem a vulnerabilidade como o grau de capacidade de resposta e de habilidade de adaptação (ajuste), considerando, além da vulnerabilidade das pessoas, a do local.

Mattedi (2008) acrescenta que, frequentemente, as populações mais carentes são as mais vulneráveis aos impactos dos desastres naturais por existir um processo de institucionalização dos riscos, em que as perdas provocadas por desastres são confrontadas por ações parciais que favorecem a ocupação de áreas de risco, caracterizando o ciclo desastres-danos-reparação-desastre.

Esta vulnerabilidade das classes menos favorecidas se torna ainda mais clara quando ameaça o significado de proteção construído em torno do local de moradia do sujeito. Dovey (conforme citado por Rabinovich, 1997) afirma que o papel do ambiente físico constituindo uma moradia é de uma espécie de baú que armazena quem somos através de onde vivemos, constituindo a identidade de cada sujeito ao longo do tempo.

Os desastres de grande porte, segundo Sá, Werlang e Paranhos (2008), causam também grande impacto sobre a saúde mental das pessoas que os vivenciam, causando sentimentos de medo e sofrimento pelo que foi perdido, incluindo prejuízos materiais e econômicos.

Para Kovács (1992), a perda e sua elaboração são elementos contínuos no desenvolvimento humano, e por isso deve-se permitir a expressão dos sentimentos vivenciados pela pessoa enlutada, pois ver a perda como uma fatalidade, ocultar sentimentos, eliminar a dor e apontar o crescimento possível diante dela podem ser formas de negar os sentimentos para evitar o sofrimento.

Fukumitso (2004) acredita que os seres humanos têm experiências singulares em situações vivenciadas, e é através dessa experiência que aprendemos o nosso próprio significado, atribuindo-o para nós mesmos. Além de atribuímos um significado para a forma como as coisas se manifestam, atribuímos também para a relação que construímos com as situações. Assim, o conceito de perda também significa partes da identidade e da maneira de ser-no-mundo.

A vivência de perdas exige que o indivíduo reaja à situação. Segundo Sá, Werlang e Paranhos (2008), em situações de emergência, como no caso dos desastres, são esperadas reações emocionais muito intensas, a grande maioria compatível. Porém, a vivência de uma emergência pode ser uma situação que caracterize um trauma.

Bruck (2007) define trauma como uma experiência que explode a capacidade de suportar um revés, trazendo a perda de sentido, desorganização. Além disso, pode deixar marcas que influenciam a criatividade e a motivação para a vida, pois produz bloqueios que se estendem à existência, já que o que dá sentido ao mundo fica abalado com a surpresa de o sujeito ver-se sem condições e com medo do futuro.

Franco (2005) salienta que os desastres diferem de outros tipos de trauma com relação aos seus efeitos, o que implica um apoio diferenciado daquele oferecido em situações de perda e stress.

É importante destacar que existem pessoas que possuem a capacidade de enfrentar eventos traumáticos, resistindo emocionalmente, capacidade que os estudiosos nomeiam de “resiliência” (do inglês *resilience*), e que Mattedi (2008) conceitua como dispositivos subjetivos criados pelo sujeito para o enfrentamento de crises. Assim, as pessoas conseguem manter um equilíbrio estável sem que tenham afetado o seu rendimento e a sua vida em geral quando acometidos por situações traumáticas.

A Estratégia Internacional para a Redução de Desastres – EIRD, da ONU (citada por Lopes et al. 2010) define resiliência como sendo a habilidade de adaptação de uma sociedade exposta a riscos, resistindo ou mudando, de forma a manter a sua funcionalidade, e aprendendo com situações vivenciadas a proteger-se e prevenir-se de riscos futuros.

No pós-desastre natural, as vítimas da enchente, ao construírem dispositivos de enfrentamento das perdas, necessitam desenvolver a capacidade de se acomodar e reequilibrar para superação do momento de crise, ou seja, esta é uma experiência vivenciada de forma resiliente.

Reações de buscar ou receber ajuda também se fazem presentes na realidade dos desastres naturais. É de se esperar que em regiões mais vulneráveis a desastres as pessoas desenvolvam mais atitudes de solidariedade em reação às situações de emergência que em outras áreas menos sujeitas a estas circunstâncias.

Essa é a visão de Albuquerque (1997), que acredita que os vizinhos, familiares e amigos são de importância fundamental para a ajuda de pessoas afetadas por um desastre. Porém salienta que, embora seja fundamental nos primeiros momentos, a sua persistência em ajudar deve, tão logo seja possível, estar sob o controle das instituições, pois essas detêm o maior poder organizativo e técnico para proceder à continuidade da ajuda.

Outro tipo de reação psicológica a situações adversas consiste na elaboração de estratégias de enfrentamento, definidas na literatura por Suls, David e Harver (conforme citados por Krum & Bandeira 2008) como *coping*².

Coping pode ser definido (de acordo com Krum & Bandeira 2008) como esforços estáticos ou variantes utilizados pelo indivíduo, tanto a nível cognitivo quanto comportamental, para lidar com demandas internas e/ou externas específicas, que sobrecarregam ou excedem seus recursos pessoais.

Diante dos abalos emocionais e reações desenvolvidas por quem vivencia um desastre, Albuquerque (1997) defende que a Psicologia deve inserir-se nesse contexto, à medida que investiga a forma como o homem, em seu aspecto individual e social, lida com os riscos e as consequências desses eventos.

Segundo Bruck (2007), a área da psicologia conhecida como Psicologia das Emergências tem como principal foco o estudo do comportamento das pessoas nos acidentes e desastres, desde uma ação preventiva até a assistência no pós-trauma e, se for o

caso, subsidia intervenções de compreensão, apoio e superação do trauma às vítimas.

É papel específico da Psicologia, na visão de Mattedi (2008), compreender e intervir sobre os efeitos que o desastre exerce sobre o comportamento individual e sobre as condições subjetivas dos indivíduos afetados pelo desastre. Ele vê a intervenção psicológica como um meio de se produzir e aplicar conhecimentos que possam ser utilizados para cuidar dos efeitos negativos causados pela ruptura da vida cotidiana, cuidando da saúde mental dos indivíduos que, direta ou indiretamente, foram afetados.

Franco (2005) diz que, no pós-desastre, a atenção psicológica procura reduzir o stress agudo causado pelo impacto do trauma, por meio de intervenções que tenham por objetivo restaurar a dominância do funcionamento cognitivo sobre as reações emocionais e facilitar uma compreensão, a nível cognitivo, do que aconteceu.

Essa intervenção também busca restaurar ou aumentar as capacidades adaptativas das pessoas afetadas pelo desastre, à medida que dá oportunidade para as vítimas avaliarem e utilizarem os apoios que possuem, sejam eles familiares ou da comunidade; oferece educação sobre expectativas futuras e possibilita que essas pessoas organizem e interpretem cognitivamente a situação vivenciada.

Realizar intervenções que tenham como objetivo a promoção de qualidade de vida, seja antes, durante ou após o acontecimento de um desastre, significa colocar em prática o compromisso social que deve reger a prática do psicólogo.

Como defende Bock (1999, p. 7):

Assumir compromisso social em nossa prática é acreditar que só se fala do ser humano quando se fala das condições de vida que o determinam. Termos práticos terapêuticos deve significar termos práticos capazes de alterar a realidade social, de denunciar as desigualdades, de contribuir para que se possa cada vez mais compreender a realidade que nos cerca e atuarmos nela para sua transformação no sentido das necessidades da comunidade social. Assumir compromisso social em nossa ciência é buscar estranhar o que hoje já parece familiar; é não aceitar que as coisas são porque são, mas sempre duvidar e buscar novas respostas. Compromisso social é estranhar, é inquietar-se com a realidade e não aceitar as coisas como estão. É buscar saídas. É isto que parte de nossa categoria profissional vem fazendo, o que é motivo de orgulho para todos nós.

Vale ressaltar que a Psicologia também tem papel de fundamental importância na prevenção

dos desastres, colaborando para a construção de comunidades mais seguras. Lopes et al. (2010) defende que a denominação mais adequada atualmente para essa área de conhecimento é Psicologia da Gestão de Riscos e de Desastres, já que também é papel da Psicologia a construção de saberes que favoreçam a criação de políticas públicas e práticas de prevenção.

Metodologia

O presente estudo constitui uma pesquisa de campo de natureza qualitativa, exploratória e descritiva. Investigou as perdas vivenciadas e as consequentes reações psicológicas de vítimas das enchentes ocorridas no ano de 2009, em Teresina - Piauí.

Teresina foi a primeira capital brasileira a ter sua construção planejada, ainda durante o reinado de D. Pedro II. Com sua fundação oficializada em 16 de agosto de 1852, Teresina teve seu projeto de criação feito de maneira inovadora, em traçados geométricos elaborado por José Antônio Saraiva (o Conselheiro Saraiva), Governador da província do Piauí e Conselheiro Real durante o Segundo Reinado. Tais informações foram apresentadas no portal 180graus em dossiê histórico publicado no dia 17 de agosto de 2009, em comemoração aos 157 anos da capital do Piauí.

A fundação de Teresina deu-se na confluência de dois rios, o Parnaíba e o Poti, tendo em vista explorar o acesso à cidade via transporte hidroviário. Em contrapartida, o que se presenciou foi o desaparecimento da navegação fluvial com o passar dos anos. Atualmente, Teresina, Cidade Verde, possui uma área de 1.673 km² e conta com uma população de 800 mil habitantes.

Teresina sofreu com as cheias do Rio Poty em 2009, que inundou muitos pontos da cidade, e foi relacionada no Plano de Trabalho Emergencial – Enchentes/2009 da Secretaria Estadual de Defesa Civil do Piauí. Essa situação foi oficializada pela Prefeitura de Teresina através do Decreto Municipal de nº 9.368 do dia 30.04.09 que foi homologado pela portaria de nº 847 do dia 28.08.09 pelo Governo Federal. As regiões da capital mais atingidas pelas cheias foram: Vila Ferroviária, Porenquanto, Lagoinha, Mocambinho, Poti Velho, Santa Barbara, Dom Avelar, Mandacará, São José, Afonso Gil, Vila da Paz, Palitolândia, Nova Parnaíba, Extrema, Vila Pantanal e Vila Verde. Estimase que aproximadamente 100 famílias tiveram que deixar suas casas por causa das enchentes.

A pesquisa realizou-se no Ginásio de Esportes de um dos bairros afetados pela enchente, localizado na Zona Sudeste de Teresina. O local abrigou 36 famílias, com aproximadamente 115 membros, entre os meses de dezembro de 2009 e junho de 2010, em consequência das enchentes que atingiram a Vila onde residiam. As entrevistas foram realizadas três meses após a ocorrência das inundações.

Participaram da pesquisa 10 pessoas adultas, de ambos os sexos. O critério para inclusão foi interesse voluntário em contribuir com o estudo, residir na Vila atingida pelo desastre há pelo menos dois anos e ter sofrido perdas de diferentes naturezas em consequência das enchentes ocorridas em Teresina no ano de 2009.

A coleta de dados foi iniciada após o parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa ao projeto de pesquisa. A princípio, foi realizada uma visita ao local onde a pesquisa foi realizada, com vistas a conhecer as condições vivenciadas pelas famílias em situação de abrigo, e apresentar a relevância e objetivos da pesquisa à moradora responsável pelas famílias ali provisoriamente instaladas.

Após o consentimento, manteve-se contato com os sujeitos e, com os que se mostraram disponíveis para participar da pesquisa, foi realizada leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, elaborado de acordo com os princípios contidos na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde / Ministério da Saúde.

Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada, seguindo um roteiro de questões norteadoras. Tais entrevistas foram realizadas individualmente no referido Ginásio de Esportes, e os depoimentos foram gravados com o consentimento prévio dos participantes da pesquisa e posteriormente transcritos para análise, com a finalidade de não perder nenhuma fala ou emoção dos entrevistados, bem como ser fiel ao conteúdo trazido pelos sujeitos, despido de possíveis influências da percepção da pesquisadora.

Posteriormente, as falas foram transcritas e agrupadas por similaridade de conteúdo através de densa leitura, e interpretados à luz da análise de conteúdo do discurso dos participantes.

Nomes fictícios foram atribuídos aos sujeitos da pesquisa, visando resguardar a identidade, bem como proporcionar a estes participantes maior liberdade para expressarem suas opiniões. Tais nomes foram escolhidos pela pesquisadora, baseados em nomes de personagens ou elementos das lendas piauienses, e atribuídos aos entrevistados de forma neutra e aleatória.

Resultados e discussão

Analisando o perfil dos participantes do estudo, percebem-se diferentes gerações compartilhando a mesma realidade, pois as idades dos participantes variam entre 22 e 63 anos. Evidencia-se, também, que 50% dos entrevistados não são provenientes da capital. Esses afirmam que deixaram sua terra natal em busca de melhores condições de moradia e de sobrevivência.

Quanto ao grau de instrução, apenas um participante cursou o Ensino Médio, um é analfabeto e três são alfabetizados. Os demais têm Ensino Fundamental incompleto ou completo.

Duas participantes do sexo feminino são donas de casa e vivem da renda do marido. Entre as atividades laborais exercidas pelos demais entrevistados, estão: auxiliar de pedreiro, cozinheiro, costureiro, auxiliar de serviços gerais, diarista, pescador e lavadeira. Porém, quatro destes profissionais encontram-se desempregados, obtendo renda do seguro desemprego ou do Programa de transferência de renda Bolsa Família. Quanto às condições socioeconômicas, a renda familiar mensal é inferior a três salários mínimos, condição que as classifica como famílias de baixa renda, de acordo com decreto da Presidência da República nº 6135, de 26 de junho de 2007.

Um fato relevante é que todos residiam em casas próprias, que eles chamam de “barracos”, por serem construídas de taipa. Moram, em média, quatro pessoas por casa, - esposo (a), irmãos, filhos e netos. O tempo que residem na comunidade oscila entre três e dez anos.

Embora cada vítima tenha uma experiência única e singular originada da sua forma de ver a vida e de sua personalidade, observa-se que o abalo emocional frente ao evento é uma fala comum no discurso dos participantes da pesquisa.

Num foi bom não. Num vou dizer que foi bom, né, porque a gente perdeu metade da roupa que agente tinha, metade das coisas, o fogão entrou água, molhou. ... Pra mim eu senti que num foi bom não, eu senti assim um remorso no meu coração, sabe, apertado. (Zabelê)

Não é bom não. Não é bom não, a pessoa se desespera tirando tudo nas carreira, passa por dentro d'água, todo ano que tiver enchente agente perde alguma coisa... não é muita coisa não porque agente não tinha lá essas coisas, mas o pouco que agente tinha sempre deixava a metade lá, descia na água, ficava lá, estragava. (Mandaú)

Os participantes vivenciam a enchente como algo desagradável em virtude das perdas sofridas, principalmente as de caráter material, que podem ser mensuradas por eles. Expressam tal percepção de maneira velada, ao dizer que a enchente “não foi bom”, evitando dizer que foi algo “ruim”, demonstrando passividade frente às dificuldades a serem enfrentadas, fruto de uma construção social compartilhada pelos membros comunitários.

O não falar ou falar pouco do que foi vivenciado também é um dado a ser observado, considerando que a fala nos remete ao momento do fato, que causa uma angústia que essas pessoas não querem sentir ou demonstrar que sentem. Essa é uma preocupação de Kovács (1992), que acredita que se deve permitir a expressão dos sentimentos vivenciados pela pessoa enlutada, pois ver a perda como uma fatalidade, ocultar sentimentos ou eliminar a dor podem ser formas de negar os sentimentos para evitar o sofrimento.

A vivência repetida de uma mesma situação, como é o caso desse tipo de desastre na comunidade pesquisada, pode ser reforçador dessa postura de passividade, já que a assistência recebida é apenas emergencial e o problema da moradia em área de risco continua a existir.

Pra mim a enchente já virou um esporte, porque desde quando eu cheguei aqui, fiquei alagado, quando a gente morava lá, eu era garota quando morava lá na beira do rio, na Rua São João, todo ano a gente alagava também. (Num-se-pode)

Aí já tá com três anos isso, aí não dá pra gente sair de lá, porque eu não tenho condições de alugar uma casa. Alugar a casa é cara, aí tem aluguel, tem luz, tem tudo. E ainda tem os meninos pra mim dar as coisas, aí o ganho é pouco. Num dá pra sair não. (Alice)

Bindé e Carneiro (2001) acrescentam que um desastre natural é muito mais grave quando atinge segmentos sociais vulneráveis por causa, entre outros motivos, da instabilidade econômica e/ou demográfica, como é o caso da comunidade pesquisada.

Viver em um local de risco, de acordo com as falas dos sujeitos, significa (com)viver com a insegurança e com as consequências de eventos desastrosos, que desestruturam a rotina, revelando postura de absorção passiva dos impactos, que reflete a inexistência de consciência do risco, o que dificulta a preparação e aumenta a vulnerabilidade. Por ser uma experiência repetida, percebe-se que as vítimas

de enchente tendem a embotar suas emoções, criando mecanismos de defesa que as distancia do sofrimento inevitável diante das perdas.

Muitas foram as perdas e das mais diferentes naturezas vivenciadas pelos sujeitos da pesquisa em virtude das enchentes.

Muita coisa no ano passado eu perdi. Som, televisão. ... Tem até um dizerzinho que o pessoal gosta de dizer que pobre num tem nada e quando vem uma enchente perde tudo. Realmente isso acontece mesmo. (Crispim)

Perdi tudo: geladeira, armário, panela, cama. ... Perdi documento, perdi roupa. Tudo. (Pé de Jesus)

Ao serem questionados sobre as perdas que sofreram, percebe-se que os entrevistados se referem, em um primeiro momento, exclusivamente aos bens materiais que possuíam, como móveis, eletrodomésticos e roupas. Castro, Calheiros, Cunha e Bringel (2003) dizem que, normalmente, as inundações geram muitos danos materiais às pessoas afetadas por elas.

Porém, apesar da intensa referência às perdas materiais, no decorrer das entrevistas outras perdas, geralmente atreladas à moradia, fluíram nos discursos dos sujeitos. As seguintes falas revelam as perdas simbólicas decorrentes das perdas materiais. As famílias perderam não apenas a sua casa, mas também necessidades psicológicas por ela supridas, como segurança, intimidade, dignidade.

aqui eu não posso sair porque tenho medo de mexer nas minhas coisas. Se mexer não tem problema não, mas assim, a gente sempre tem um medozinho, né, que a gente vai, guarda, tira um trocado, entendeu? Porque aqui é plástico, aqui qualquer um pode entrar. A gente não pode ter coisa boa que, se ver, à noite eles levam. (Crispim)

Aqui ninguém pode fazer nada que num tem privacidade, todo mundo tá vendo tudo, é muito ruim. (Iara)

Tive muitas perdas materiais e pessoais. Só a dignidade da gente de viver num lugar desse bem aqui. (Num-se-pode)

Percebe-se, ainda, a estratégia de coping antissocial, definida por Krum e Bandeira (2008) como a intenção da pessoa de causar danos ao outro buscando obter vantagens explorando suas fraquezas ou, como no caso, através de um ataque direto.

Neste contexto de perdas vivenciado pela comunidade, o trabalho do psicólogo se faz necessário,

realizando o acompanhamento do luto consequente das perdas, para que o mesmo seja elaborado da forma mais saudável possível.

As perdas exigem que a população afetada desenvolva estratégias de enfrentamento.

Eu reagi com ... simplesmente como eu to reagindo hoje, com consciência limpa esperando a sorte que Deus mandar, esperando pelos políticos que são sinceros, pelas pessoas que são sinceras. (Miridan)

Qual é a reação da gente? É de dar graças a Deus que a gente tá com vida, de ter escapado. (Num-se-pode)

A vida é essa mesmo que nós vamos levando. Não tem quem tenha nada bom daqui pra frente. É daqui pra pior. (Tupã)

Nos discursos de Miridan e Num-se-pode “esperando a sorte que Deus mandar” e “dar graças a Deus que a gente tá com vida” emerge a estratégia de encontrar justificativas para o que aconteceu, porém sem associar o desastre ao risco a que estão expostas, encarando o evento como uma fatalidade. Há referência também à religiosidade, caracterizando a necessidade humana de acreditar em algo superior, sustentando a crença de que “a sorte Deus que manda”. Tupã demonstra desesperança, outra reação psicológica esperada, segundo Fukumitso (2004), pois situações de perda normalmente fazem duvidar do sentido da vida; lidar com perdas é um processo que pode ou não ter fim, sendo compreensível que a pessoa, em seu processo de luto, desacredite que a situação terá um desfecho.

Outra reação comum entre pessoas que vivenciam desastres naturais é a busca de ajuda. Apesar dos participantes afirmarem nas entrevistas não ter buscado alternativas, ao serem questionados se receberam ajuda, todos os participantes responderam que sim.

Na medida do possível, sim. Só da Defesa Civil, e ainda tem ajuda dos vizinhos, sempre um ajudando o outro pra ver se terminava mais rápido de tirar as coisas. (Mandaú)

A gente teve uma ajuda muito boa da prefeitura, inclusive o bombeiro atravessava tentando pegar o resto de coisas da gente, material da gente que sobrou, né? ... a prefeitura deu uma ajuda boa. ... A prefeitura, por essa parte aí, a gente dá parabéns pra ela, e também dá cesta básica, dá assistência médica, de vez em quando vem uns médicos aqui voluntário, dá cursinho pras mulheres. (Crispim)

A atitude de ajuda manifestada principalmente pelos vizinhos foi referida por Mandaú, que é um

comportamento esperado após a ocorrência de um desastre, conforme defende Albuquerque (1997).

As posturas diante do evento de não procurar ajuda e enaltecer o auxílio recebido como um favor reflete a falta de informação das comunidades mais pobres, que desconhecem onde procurar a assistência adequada, bem como não conseguem identificar com clareza quais são as obrigações do Poder Público frente à ocorrência de um desastre.

Em conversas informais com as famílias vivendo no abrigo onde as entrevistas foram realizadas, tomou-se conhecimento de que estas têm garantias de prioridade nas casas que vêm sendo construídas em Teresina por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. A concretização dessa medida evitaria que os membros comunitários voltassem a ocupar o mesmo local de risco, desfazendo o ciclo desastres-danos-reparação-desastre descrito por Mattedi (2008), que se repete quando as perdas provocadas por desastres são confrontadas apenas por ações parciais.

A esperança de mudar de vida então ressurgiu, apresentada no desabafo dos participantes da pesquisa ao se referir às ajudas recebidas.

Tem, vem é muita coisa. ... Mas eu quero é minha casa ... não quero comer, quero é morar. Negócio de comer, comer todo tempo a gente come, aí tem umas cestas básicas que vem praí eu tenho o que comer aí, mas o importante é a casa da gente. (Tupã)

Cada um em suas casas, aí a vida muda. A gente retorna à vida normal da gente, que num é igual, cada um tem sua vida diferente da outra. Vai mudar, vai melhorar. (Zabelê)

Segundo Bruck (2007), o desafio diante da crise, principalmente em uma situação inesperada, significa um momento de dor e sofrimento, mas também pode representar uma oportunidade de crescimento, contribuindo para a formação de novas posturas em relação à vida. Essas novas posturas são possíveis, como indicam as falas dos entrevistados, quando se referem à esperança.

Conclusão

O discurso dos sujeitos da pesquisa remete a algumas considerações, que merecem ser elencadas.

No discurso manifesto dos participantes, as perdas mencionadas se sobrepõem às perdas simbólicas, causadoras de desorganização. Tais

perdas surgem nas entrelinhas da fala velada desses sujeitos que, além de bens materiais, perderam a identidade do eu quando as águas carregaram as suas casas, a intimidade do lar, a paz e a segurança, ameaçada pelos roubos praticados no abrigo por quem não tem mais nada e de quem já perdeu tudo, inclusive a privacidade. Porém, atitudes resilientes são percebidas como estratégias de enfrentamento, e essas precisam ser reforçadas, reavivando em cada membro comunitário o compromisso na redução dos riscos e vulnerabilidades.

Nesse sentido, o psicólogo, imbuído do compromisso social de sua profissão, deve se inserir no contexto dos desastres naturais e atuar junto às vítimas na perspectiva de melhoria da qualidade de vida, motivando essas pessoas ao exercício da cidadania e protagonismo na busca de seus direitos. A postura passiva diante da vida e de suas adversidades precisa ser confrontada com a responsabilidade que cada um tem sobre sua vida e sua história, na busca de uma mudança de atitude que pode surgir, principalmente, através da informação e da educação.

Embora ações como a publicação do manual *Gestão de riscos e de desastres: contribuições da psicologia* pela Defesa Civil e a Universidade Federal de Santa Catarina (2010), que descreve ações sistematizadas da Psicologia diante da ocorrência de desastres, e a criação da ÁPICE - Assistência Psicológica em Situações de Crise e Emergência -, em Fortaleza, como estratégia para a minimização dos danos psicológicos aos que vivenciam perdas, ambos em 2010, sejam avanços da Psicologia no contexto dos desastres, a produção do conhecimento na área ainda é incipiente e precisa ser intensificada, o que torna as pesquisas neste campo um desafio necessário.

A realidade vivenciada pelas famílias pesquisadas, bem como de todas que se expõem a riscos, faz transparecer a necessidade não só dos esforços das ciências, mas também de maior responsabilização do Poder Público na prevenção dessas emergências, concentrando esforços na elaboração de políticas públicas mais eficazes.

Notas

- 1 Pesquisa formulada e realizada para o trabalho monográfico da autora principal, pré-requisito para conclusão do curso de Psicologia, custeada pela mesma.
- 2 Não havendo na língua portuguesa uma palavra capaz de expressar a complexidade do conceito *coping*, optou-se pela não tradução do termo. Significados possíveis da palavra *coping* em português podem relacionar-se a “lidar com”, “enfrentar” ou “adaptar-se a”.

Referências

- Albuquerque, F. J. B. de (1997). A psicologia social dos desastres: existe um lugar para ela no Brasil? In A. Tamayo, J. E. Borges-Andrade & W. Codo (Orgs.), *Trabalho, organizações e cultura* (95-104). São Paulo: Coletâneas da ANPEPP.
- Bindé, P. J. & Carneiro, C. (2001). Uma análise da ação humana a partir da perspectiva da psicologia dos desastres. *Psico*, 2(2), 25-45.
- Bock, A. M. B. (1999). A psicologia do século um caminho novo: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 4(2). Acesso em 25 junho, 2010, em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1999000200008&lng=en&nrm=iso.
- Bruck, N. R. V. (2007). *A psicologia das emergências: um estudo sobre angústia pública e o dramático cotidiano do trauma*. Tese de Doutorado, Faculdade de Psicologia, PUCRS, Porto Alegre. Acesso em 28 maio, 2010, em http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=726
- Castro, A. L. C., Calheiros, L. B., Cunha, M. I. R., & Bringel, M. L. N. C. (2003). *Manual de desastres: desastres naturais*. Vol. 1, Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional. Acesso em 28 de maio, 2010, em http://www.esdec.defesacivil.rj.gov.br/documentos/publicacoes_da_secretaria_nacional/6_desastres_naturais_voll.pdf
- Decreto Lei n. 6135/07 de 26 de Junho. (2007). *Diário da República*, 119/07. Casa Civil. Brasil. Acesso em 25 de abril, 2012, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm.
- Franco, M. H. P. (2005). Atendimento psicológico para emergências em aviação: a teoria revista na prática. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 10(2). Acesso em 16 de março, 2010, em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2005000200003&lng=en&nrm=iso
- Fukumitsuo, K. O. (2004). *Uma visão fenomenológica do luto: um estudo sobre as perdas no desenvolvimento humano*. Campinas, SP: Livro Pleno.
- Kobiyama, M., Mendonça, M., Moreno, D. A., Marcelino, I. P. V. O., Marcelino, E. V., Gonçalves, E. F., et al. (2006). *Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos*. Curitiba: Ed. Organic Trading.
- Kovács, M. Z. (1992). *Morte e desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Krum, F. M. B. & Bandeira, D. R. (2008). Enfrentamento de desastres naturais: o uso de um coping coletivo. *Paidéia*, 18(39), 73-84.
- Lopes, D. C.; Costa, D. S.; Soares, E. V.; Furtado, J. R.; Alves, L. M.; Solino, M. N.; Cartagena, S. M. C. (2010). *Gestão de riscos e de desastres: contribuições da psicologia*. Florianópolis, Associação Cultural Cabeça ao Vento. Acesso em 25 de abril, 2012, em http://www.ceped.ufsc.br/sites/default/files/PR_-_156_-_EaD_Psicologia_-_Livro_Psicologia_101022.pdf
- Martins, M. (2009). Municípios decretam emergência no PI. *Meio Norte.com Website*. Acesso em 02 de junho, 2010, em <http://www.meionorte.com/noticias/geral/municipios-decretam-emergencia-no-pi-81403.html>
- Mattedi, M. A. (2008). A abordagem psicológica da problemática dos desastres: um desafio cognitivo e profissional para a psicologia. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 28(1), 162-173.
- Marandola Jr., E. & Hogan, D. J. (2005). Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 22(1), 29-53.
- Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. (2007). *Política Nacional de Defesa Civil*. Brasília, DF: Ministério do Planejamento e Orçamento/Secretaria Especial de Políticas Regionais/Departamento de Defesa Civil. Acesso em 25 de abril, 2012, em http://www.disaster-info.net/PED-Sudamerica/leyes/leyes/suramerica/brasil/sistemnac/Política_Nacional_Defesa_Civil.pdf
- Organização das Nações Unidas – ONU. (2012). Quase 30 mil pessoas morreram devido a desastres naturais em 2011, alerta ONU [em linha]. *ONUBR, Nações Unidas no Brasil Web site*. Acesso em 26 de abril, 2012, em <http://www.onu.org.br/quase-30-mil-pessoas-morreram-devido-a-desastres-naturais-em-2011-alerta-onu/>
- Rabinovich, E. P. (1997). A casa como tempo: a bilheira e as três temporalidades. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 17(3), 2-11. Acesso em 10 de maio, 2010, em http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931997000300002&lng=pt&nrm=iso
- Sá, S. D., Werlang, B. S. G., & Paranhos, M. S. (2008). Intervenção em crise. *Revista Brasileira de Terapia Cognitiva*, 4(1). Acesso em 15 de outubro, 2009, em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtc/v4n1/v4n1a08.pdf>
- Torlai, V. C. (2010). *A vivência do luto em situações de desastres naturais*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, Brasil. Acesso em 25 de abril, 2012, em http://www.ceped.ufsc.br/sites/default/files/projetos/a_vivencia_do_luto_em_situacoes_de_desastres_naturais.pdf
- Recebido em: 07/02/2011
Revisão em: 08/04/2012
Aceite em: 08/05/2012

Érika Ravena Batista Gomes é Pós-graduanda em Docência e Metodologia do Ensino Superior e da Pesquisa pelo Instituto de Educação Superior Raimundo Sá - IESRSA, pós-graduanda em Psicologia do Trânsito pela Universidade Paulista – UNIP, graduada em Psicologia pela Faculdade Integral Diferencial – FACID (2010). Endereço: Rua Maria Alvina de Araújo, 85. Bairro Ipuéiras. Picos/PI, Brasil. Email: erikaravenafdj@hotmail.com

Ana Célia Sousa Cavalcante é Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR (2006), especialista em Saúde Mental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005), graduada em Psicologia pela Universidade Católica de Pernambuco (1983). Professora do curso de Psicologia da Faculdade Integral Diferencial – FACID. Professora do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI/FACIME. Psicóloga da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí. Endereço: Rua General Lages, 545. Bairro Jockey. Apto 302. Teresina/PI, Brasil. Email: anaceliasousa@uol.com.br

Como citar:

Gomes, E. R. B. & Cavalcante, A. C. S. (2012). Desastres naturais: perdas e reações psicológicas de vítimas de enchente em Teresina-PI. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 720-728.